

GASPARELLO, Arlette Medeiros.
Construtores de identidades:
a pedagogia da nação nos livros
didáticos da escola secundária brasileira.
São Paulo: Iglu, 2004.

Caroline Pacievitch

À primeira vista, podemos pensar que o livro de Arlette Medeiros Gasparello é uma obra pesada, permeada por extensas discussões de conceitos como positivismo, história tradicional, nacionalismo, identidade, transposição didática, entre outros. É certo, o livro discute todos esses pontos, mas de forma alguma a leitura torna-se cansativa. Na difícil tarefa de transformar sua tese de doutorado em livro, Arlette saiu-se bem.

Militante da formação de professores, como diz no prefácio do livro, Arlette Medeiros Gasparello tem uma extensa lista de atividades desempenhadas em escolas e na Universidade, sempre relacionadas ao ensino de história e à educação. Ela graduou-se em história pela UFF em 1968 e mais tarde, em 1980, fez o curso de Pedagogia na SUAM. Concluiu seu mestrado em Educação na UFF, no ano de 1986. Sua atuação profissional passa pelo Ensino Fundamental, Médio e Superior, quase sempre na rede Pública, como professora, supervisora, participando em projetos de extensão universitária, de pesquisa, organização de cursos, seminários, palestras, eventos, laboratórios de ensino, etc. Atualmente leciona em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ensino de história e educação.

Sua tese de doutoramento foi defendida em 2002, na PUC de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Kazumi Munakata, que há anos trabalha com os livros didáticos no Brasil. É o próprio Munakata quem prefacia o "Construtores de identidades", não economizando elogios para o "*magistral trabalho*" realizado e ressaltando, principalmente, os caminhos abertos para novas pesquisas a partir da obra, nos seguintes âmbitos: do ensino secundário no Brasil, do Colégio Pedro II, dos livros didáticos de história e, por fim, do ensino de história em

geral. Critica que muitas vezes as discussões sobre o ensino de história na própria academia não têm incorporado reflexões mais profundas das pesquisas, repetindo velhos jargões que emperram o avanço do debate.

"Construtores de identidades" é um livro que pode ser lido por qualquer pessoa interessada nos debates didáticos da história, não importando seu nível acadêmico. É dedicado, por Gasparello, aos professores que "*ajudam a construir um Brasil melhor*". Estudantes de graduação, pós-graduação e professores, mesmo que não dominem a historiografia do século XIX e início do XX no Brasil, conseguem acompanhar a argumentação do livro, facilitada por sua organização didática e pela estruturação dos capítulos, que obedecem à lógica argumentativa da autora.

Uma leitura atenta da Introdução localiza o leitor dentro dos conceitos de Nação, nacionalismo, Estado e Pátria no século XIX na Europa e no Brasil. Os principais autores com os quais ela dialoga são Noiriel, Hobsbawm, Bellner, Elias e Bann. É na Introdução, também, que Arlette apresenta sua tese principal: os livros didáticos de história do Brasil, dirigidos para a educação da elite pensante nacional, contribuíram para a formação da identidade nacional. As questões metodológicas da pesquisa são explanadas, justificando as escolhas pelos Compêndios adotados no Colégio Pedro II: além de ser escola-modelo, seus professores eram considerados alta intelectualidade e os textos didáticos ali adotados tinham grande repercussão. Para analisar os textos, a autora, baseada em Chartier, situa-se na análise textual como conjunto da sua realidade de produção e não no discurso abstrato. Isso fica bem claro no decorrer dos capítulos, como veremos.

O primeiro capítulo é ainda um tanto teórico em comparação aos demais e apresenta uma quantidade de dados que talvez fossem dispensáveis, visto que são melhor esclarecidas no segundo e terceiro capítulos. As principais discussões são com relação à organização do Colégio Pedro II nos períodos Imperial e Republicano; às características gerais dos professores-autores de livros didáticos como pertencentes à intelectualidade influente na Corte; à importância dada à existência do Colégio e às humanidades no ensino destinado aos jovens da elite. Por fim, ressalta-se a necessidade de um ensino humanista, porém com características nacionais (daí a implantação do ensino de história do Brasil e a abertura de um espaço para a língua portuguesa). Esse capítulo destaca-se pela diversidade de fontes utilizadas por Gasparello e pela clareza com que ela as referencia e discute (poderíamos chamar até de erudição, se o termo não ficasse deslocado para as características da obra), retomando a gênese do ensino de história no Brasil.

É interessante perceber como Arlette insiste na extensa documentação para atestar suas afirmações, que à princípio nos parece exagerada. No entanto, isso demonstra o cuidado em não tornar essa gênese lugar-comum facilmente explicado pela "necessidade de formação da identidade nacional". Percebemos aqui o esforço sério em construir historicamente o seu objeto de estudo, trabalhando com a não-banalização do óbvio.

Os capítulos II, III e IV são os que mais apresentam dados de pesquisa e nos quais percebemos a coerência teórica e metodológica com relação ao que foi apontado na Introdução e no Capítulo I. Em "A história patriótica" (capítulo II), Gasparello conta o processo de criação de Compêndios didáticos antes mesmo da existência de obras historiográficas de peso sobre o Brasil e escritas por brasileiros, ou seja, antes de Varnhagen. O estilo de argumentação é repetido nos capítulos posteriores: introdução da temática específica, explanação sobre a vida e as características de cada autor e de seus compêndios e as posições gerais sobre Pátria e Nação no período discutido. Assim, no capítulo II apresentam-se "vida e obra" de Bellegarde e Abreu e Lima, autores dos primeiros compêndios adotados no Pedro II, cujas principais características Gasparello resume: "*Portanto, os compêndios que publicaram resultaram de opções pessoais e de suas histórias de vida; não*

foram produto de demandas institucionais e profissionais, como os da fase seguinte." (112).

A "fase seguinte" é "A legitimação do modelo nacional (1961-1900)", como mostra o capítulo III. Nesse período, a consolidação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o surgimento dos primeiros modelos oficiais de história do Brasil permeiam a escrita dos compêndios didáticos. Gasparello retoma Von Martius e Varnhagen como formuladores de um "Plano para escrever o Brasil" e relaciona-os às obras didáticas de Joaquim Manuel de Macedo e de Luís de Queirós Mattoso Maia. Nesse sentido, as "Lições" de história nacional colocam o predomínio glorioso da Pátria branca e excludente, em que os negros são personagens ausentes, os índios são desafeitos ao progresso e o brasileiro é o "colono audaz". Para Arlette:

A pedagogia da Nação tinha, enfim, encontrado um modelo: o ensino de História do Brasil era a história da nação imperial: a defesa da monarquia costurada pelos 'brancos' bem nascidos, os verdadeiros brasileiros descendentes da mãe-pátria portuguesa. (148 – grifos da autora).

No quarto capítulo a problemática gira em torno de "A nação nos compêndios republicanos", cujos autores referenciais são João Ribeiro e Capistrano de Abreu. O primeiro, autor didático e depois historiador; o segundo, historiador que apresenta muitos traços renovadores na interpretação da idéia de nação brasileira. Além deles, são também analisados os "Compêndios", "Pontos" ou "Quadros" de Pedro do Coutto, Mario da Veiga Cabral e Max Fleiuss e Basílio de Magalhães. Percebe-se, na análise do conceito de nação nesses livros, que não há uma visão unívoca a respeito de todos os fatos contemplados, embora a essência seja parecida neles. Segundo Arlette, o eixo é o problema da pluralidade cultural, na tentativa de responder "quem é o povo brasileiro?" enaltece-se o colono branco (ou no máximo mameluco) e faz-se a apologia à violência contra os índios. A monarquia de 1822 é vista como necessidade e a república só acontece (ou acontecerá) quando houver uma "*raça nacional!*" (204) que dê conta de transformar o Brasil num país civilizado.

Finalizando o trabalho, Gasparello coloca "Brasil" como palavra-chave do seu trabalho, ao perceber o conceito de nação tecido durante o período estudado para a educação das elites. Os autores encontram-se dentre os membros

da elite ilustrada, buscando no passado colonial os fundamentos para a identidade da Pátria, marcada pela luta pela direção ideológica e teórica da escrita dos manuais.

No Império há grande preocupação pedagógica, com o método de ensino e com a especificidade do "autor de livro didático de história", diferente do historiador e do professor, mas cujos papéis articulam-se nesse processo. É a história que ela chama de "História Imperial". Na República há uma outra nação, mas não essencialmente diferente da anterior. Há algumas discordâncias entre pontos isolados, resgatando o republicanismo e a idéia de maturação da "raça nacional".

Em suma, a autora aponta três momentos da historiografia didática no período:

1) Fase romântica e não sistematizada, em que há a exaltação da natureza e do índio.

2) Fase institucional e Imperial, o personagem louvado é o colono branco e intrépido.

3) Fase republicana de busca do povo-síntese e da mestiçagem (com diferentes nuances entre os autores), mas com a exigência de o elemento não-branco ser rapidamente assimilado. É principalmente nesse sentido que Gasparello afirma que não há grandes rupturas entre a história imperial e a republicana.

Por último, a autora conclui o ponto que, na nossa opinião e na de Kazumi Munakata, é a principal contribuição da obra: o delineamento da identidade do livro didático de história do Brasil. As publicações didáticas vão tomando formas e tamanhos cada vez mais adequados e agradáveis para o aluno, reduzindo-se o número de páginas escritas e aumentando o número de ilustrações e o cuidado gráfico. Além disso, havia a preocupação de orientar o professor em suas metodologias, escolhas e julgamentos dos fatos e em ser acessível para o estudo autônomo do aluno.

Os livros eram destinados a clientelas específicas (para alunos do primário, do secundário, do normal ou do superior) e levavam o nome das instituições em que eram utilizados. Sua identidade é marcada, portanto, principalmente pelo mundo escolar (além dos interesses das editoras e do mercado).

As idéias mestras de nação e civilização estão nesses livros, nos quais se reforça a "pedagogia da nação". O paradigma das humanidades dentro do ensino secundário se coloca em seu caráter nacional, na construção de uma identidade e resolução dos conflitos. Finalizando, nas palavras de Arlette Medeiros Gasparello, os compêndios são frutos de um período em que há a constituição "(...) *de um tempo nacional que se construiu na busca da unidade sob o signo do universal, para um tempo nacional que ainda busca a unidade sob os signos do local, da diferença e da inclusão.*" (210 – grifos da autora).